

A survey on Key Performance and Sustainability Indicators highlighted the dimensions of EU Programmes' that have been more relevant for performance improvement and sustainable development of Portuguese Councils.

EU Investment and Funds Programmes' really improved key financial and overall performance indicators of Portuguese Local Government.

Moreover, these Programmes contribution to Councils community sustainability was remarkable and outstanding (concerning demographic, economic and social conditions, investments on basic infrastructures, transports, communications, and other quality of life important dimensions). Overall organization and dynamics of Portuguese Local Government greatly benefited from EU Investments and Funds Programmes, notwithstanding the recognized maintenance of some structural problems on national economy and society that will be, hopefully, tackled in the near future with Portuguese State Reforms in parallel with the maintenance of EU Investments and Funds Programmes.

Some policy implications and lessons are brought about Portugal "Special Case" as an Euro-Atlantic economy and, simultaneously, a Southern European Developing Country that surpassed a huge basic infrastructure investment backlog to be integral part of Euro Zone and even a building modern European Society, with an inherent huge improvement of Portuguese citizens quality of life.

Further investigation can deeply explain the differentiated regional impact of EU Programmes' on Councils' Performance and Sustainability, regarding Portugal and, even more important, different European Regions, concerning size, autonomy and specific pathways throughout a Sustainable Developed Economy and Society.

REFERENCES

- Ammons, D. (2012): *Municipal Benchmarks, Assessing Local Performance and Establishing Community Standards*. Armonk, NY: M.E. Sharpe
- Rhys Andrews, George Boyne & Richard M. Walker (2011): *The Impact of Management on Administrative and Survey Measures of Organizational Performance*, *Public Management Review*, 13:2, 227-255
- Lisbon and Vale do Tejo Region Development and Coordination Commission (2010): *Final Report of Execution 2000-2006 – Operational Programme for Lisbon and Vale do Tejo Region*, Lisbon
- National Strategic Reference Programme Observatory (December 2012): *2012 Strategic Report*, Lisbon
- Nuno Ferreira da Cruz & Rui Cunha Marques (2013): *New development: The Challenges of designing municipal governance indicators*, *Public Money & Management*, 33:3, 209-212
- Nuno Ferreira da Cruz & Rui Cunha Marques (2013): *Revisiting the Determinants of Local Government Performance*, *Omega*, The International Journal of Management (submitted and accepted with minor revision)
- Dollery, B.E., Kortt, M., Grant, B. (2013): *Funding the future, Financial Sustainability and Infrastructure Finance in Australian Local Government*. Sydney, The Federation Press
- Dollery, B.E., Crase, L. and Grant, B. (2011): *The Local Capacity, Local Community and Local Governance Dimensions of Sustainability in Australian Local Government*, *Commonwealth Journal of Local Governance* 8/9, May/November: 162-183
- Fitch IBCA (2000): *Local Government General Obligation Rating Guidelines, Tax Supported Special Report: 1-11*.
- Christopher Hood (2007): *Public Service Management by Numbers: Why Does it Vary? Where Has it Come From? What Are the Gaps and the Puzzles?*, *Public Money & Management*, 27:2, 95-102
- Roger Levy (2010): *New Public Management: End of an Era?* *Public Policy and Administration* 25: 234
- T.G. Morton (1976): *A comparative analysis of Moody's and standard and poor's municipal bond ratings*, *Review of Business and Economic Research* 11, 74-81.
- Region of Alentejo Development and Coordination Commission (2013): *Final Report of Execution 2012 – INALENTEJO*, Evora
- Andrew C. Worthington & Brian E. Dollery (2002): *Incorporating contextual information in public sector efficiency analyses: a comparative study of NSW local government*, *Applied Economics*, 34:4, 453-464
- Renee, R. (1937): *Research in measuring the efficiency of local governments*. *Journal of Farm Economics*, 19(2), 553-557
- E.A. Scorsone, H. Levinne and J.B. Justice (eds): *Handbook of Local Government Fiscal Health*, Burlington: Jones ad Bartlett Learning

[1203] A DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Paulo Neto¹, Anabela Santos², Maria Manuel Serrano³

¹ *neto@uevora.pt, Professor Auxiliar com Agregação, Universidade de Évora | Escola de Ciências Sociais | Departamento de Economia, CEFAGE-UE e CIEO-UALG, Portugal.*

² *anabela.santos.mail@gmail.com, Economista e Consultora Financeira, Mestre em Economia pela Universidade de Évora, Portugal.*

³ *mariaserrano@uevora.pt, Professora Auxiliar, Universidade de Évora | Escola de Ciências Sociais | Departamento de Sociologia & SOCIUS/ISEG-UL, Portugal.*

RESUMO. Este trabalho analisa o caso concreto da política pública LEADER+ aplicada nas regiões portuguesas Alentejo e Norte. O principal objectivo consiste em comparar estas duas regiões no que respeita à diversificação económica, resultante dos projectos de investimento financiados no âmbito do LEADER +, à data de 31 de Dezembro de 2012. A metodologia utilizada assenta na análise comparativa das regiões Alentejo e Norte, no que respeita à diversificação da actividade económica e os tipos de empresas considerados foram as empresas industriais e as empresas de serviços. Para o efeito caracterizam-se as

regiões Alentejo e Norte em número de empresas e de pessoal ao serviço, por sector de actividade (sectores primário, secundário e terciário). No âmbito dos apoios LEADER+, estudaram-se 280 empresas, 344 projectos de investimento e os montantes de investimento realizado, por sector de actividade (indústria e serviços) e, posteriormente por actividade dentro de cada sector, em cada região. Para o tratamento e análise da informação recolhida recorreu-se essencialmente à estatística descritiva: médias, frequências absolutas e frequências relativas.

Palavras-chave: Diversificação Económica, Economias Locais, LEADER+, Políticas Públicas,

ECONOMIC SECTORAL DIVERSIFICATION IN PUBLIC POLICIES SUPPORTING RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT. This paper analyzes the case of LEADER + public policy applied in the Portuguese regions of Alentejo and North. The main objective is to compare those regions concerning economic diversification resulting from investment projects funded under LEADER+, at December 31st 2012.

The methodology used is based on the comparative analysis of Alentejo and North, regarding the economic sectoral diversification activity and the types of firms considered were the industrial and service firms. We made de characterization of Alentejo and North in number of enterprises and persons employed, by sector of activity (primary, secondary and tertiary). Under the LEADER+ support, were studied 280 firms, 344 investment projects and the amount of investment made by the activity sector (industry and services) and then by activity within each industry sector, in each region. For the treatment and analysis of information gathered we used mainly descriptive statistics: mean, absolute frequencies and relative frequencies.

Keywords: Economic Diversification, Local Economies, LEADER+, Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de que a geografia das regiões, ou seja, a especificidade dos seus recursos naturais e humanos, predispõe os territórios para desenvolverem uma determinada vocação económica⁹⁸, não raras vezes no sentido da especialização, tem vindo a perder terreno face às concepções que defendem a promoção da diversificação económica em territórios rurais.

A diversificação económica tem constituído uma preocupação das políticas públicas dirigidas aos territórios rurais e um dos objectivos do Programa LEADER⁹⁹, o qual surge em 1991, com o propósito de dinamizar as políticas de desenvolvimento rural da União Europeia. Este instrumento de política pública, concebido para fomentar o empreendedorismo, potenciar o crescimento económico e estimular a inovação nas zonas rurais, distinguiu-se dos modelos clássicos por assentar numa abordagem territorial, multisectorial e integrada, onde os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) são definidos com base nas potencialidades e recursos endógenos próprios a cada zona de intervenção (Santos, 2012: 12) e as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) são definidas e implementadas pelos Grupos de Ação Local (GAL), organizações inseridas nos próprios territórios a quem competia a gestão dos fundos comunitários afectos a esta iniciativa.

O LEADER+ tinha como objectivo específico incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas, cujo objecto fosse a experimentação de novas formas de: i) valorizar o património natural e cultural; ii) reforçar o ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho e iii) melhorar a capacidade organizacional das respectivas comunidades. Já os objectivos específicos do LEADER+ para Portugal foram os seguintes: mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais, transformando estes em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências ao nível europeu¹⁰⁰.

Este trabalho analisa o caso concreto da política pública LEADER+ aplicada nas regiões portuguesas¹⁰¹ Alentejo e Norte. O principal objectivo consiste em comparar estas duas regiões no que respeita à

⁹⁸ Qualificam-se os territórios de agrícolas, industriais ou de serviços. A essa classificação correspondem formas distintas de vida em sociedade, sendo que as zonas agrícolas acolhem sociedade rurais e as zonas industriais e de serviços se reportam a sociedades urbanas. Refira-se no entanto, que a realidade é bem mais complexa do que esta arrumação dicotómica demonstra.

⁹⁹ A Eficácia, eficiência e valor acrescentado desta política pública na região Alentejo foi objeto de estudo dos autores em trabalhos anteriores (Vd. Neto, Santos e Serrano, 2012 e 2014).

Actualmente decorre em Portugal o encerramento da 4ª fase do Programa LEADER, que compreendeu os anos de 2007 a 2013. As três anteriores gerações do Programa abrangeram o LEADER I (1991-1993), o LEADER II (1994-1999) e o LEADER + (2000- 2006).

¹⁰⁰ Site do Quadro Comunitário de Apoio III, Portugal 2000-2006, <http://www.qca.pt/iniciativas/leader.asp>, acesso em 26/05/2014.

¹⁰¹ Portugal é composto por 7 regiões estatísticas NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Estas regiões, apesar de estarem inseridas na mesma unidade administrativa, apresentam diferenças significativas em termos geográficos, económicos e da especialização sectorial.

diversificação económica, resultante dos projectos de investimento financiados no âmbito do LEADER +, à data de 31 de Dezembro de 2012.

A metodologia utilizada assenta na análise comparativa das regiões Alentejo e Norte, no que respeita à diversificação da actividade económica e os tipos de empresas considerados foram as empresas industriais e as empresas de serviços. Para o efeito caracterizam-se as regiões Alentejo e Norte em número de empresas e pessoal ao serviço, por sector de actividade (sectores primário, secundário e terciário). No âmbito dos apoios LEADER+, estudaram-se 280 empresas, 344 projectos de investimento e os montantes de investimento realizado, por sector de actividade (industria e serviços) e, posteriormente por actividade dentro de cada sector, em cada região. Para o tratamento e análise da informação recolhida recorreu-se essencialmente à estatística descritiva: médias, frequências absolutas e frequências relativas.

O *paper* estrutura-se em quatro pontos: o Enquadramento teórico-conceptual, no qual se analisa a mudança de paradigma na concepção das políticas públicas destinadas ao meio rural, bem como a relação entre globalização e sustentabilidade, mediada pelo crescimento económico; no ponto Metodologia apresentam-se os procedimentos metodológicos adoptados na recolha e tratamento da informação; na Análise dos Resultados faz-se primeiramente uma caracterização do perfil sectorial das regiões e posteriormente a leitura e análise da expressão quantitativa das variáveis em estudo; finalmente apresentam-se as Conclusões obtidas sobre a diversidade económica das regiões em estudo.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

O desenvolvimento sustentável envolve mudanças económicas e ambientais com vista a satisfazer as necessidades presentes, especialmente das zonas mais pobres, sem comprometer as necessidades futuras (Ritzer, 2013).

O desenvolvimento económico é um dos elementos presentes na relação, nem sempre pacífica, entre sustentabilidade e globalização. A globalização, algumas vezes tomada como sinónimo de desenvolvimento económico, tanto pode ser vista como uma ameaça como com um benefício. Há sem dúvida, um conjunto de dimensões nesta relação sobre as quais Ritzer (2013) nos convida a reflectir, a saber:

- i) a dimensão económica - o desenvolvimento económico destrói irremediavelmente o ambiente ou, pelo contrário, é um desejo das populações e permite controlar melhor os fatores que afectam negativamente o ambiente;
- ii) a dimensão tecnológica - pode ser vista como causadora de degradação ambiental e simultaneamente, como detentora da capacidade para conseguir estancar vários os danos ambientais;
- iii) a dimensão consciência - onde os media podem desempenhar um papel à escala global, na divulgação dos problemas ambientais e das suas causas, ou podem continuar a incentivar ao consumo;
- iv) a dimensão política - há um conjunto de organizações mundiais a defender mais crescimento económico (e.g. Organização Mundial do Comércio) enquanto outras organizações (e.g. Greenpeace) defendem exactamente o contrário (Ritzer, 2013: 592).

A geografia económica mostra as diferenças de localização, distribuição e organização espacial das actividades económicas. Assim, é possível identificar as zonas rurais como territórios com menor densidade empresarial, com menor diversidade económica e predominância do sector primário. Já nas zonas urbanas é possível identificar maior densidade empresarial, maior diversidade económica e predominância dos sectores secundário e terciário.

A agricultura continua a ser o motor essencial da economia rural, mas é pouco viável que possa continuar a ser a única. Hoje defende-se a adopção de estratégias de diversificação da estrutura socioeconómica das zonas rurais, ou seja, o desenvolvimento de actividades económicas complementares, não agrícolas. Tais actividades económicas tanto podem ocorrer dentro e/ou fora das explorações agrícolas, desde que cumpram o objectivo de criar novas fontes de rendimento e de emprego e que contribuam diretamente para a melhoria do rendimento dos agregados familiares, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural¹⁰².

Efectivamente, parecem estar a surgir novas oportunidades para as zonas rurais (*European Observatory Leader*, 1997: 19-20) possíveis devido a determinadas mudanças sociais e económicas, nomeadamente: i) a evolução tecnológica possibilita às pequenas empresas serem tão produtivas quanto as grandes, podendo afirmar-se em qualquer sector de actividade, mesmo que localizadas em espaços rurais; ii) o aumento da procura de produtos com uma forte relação identitária com territórios específicos (e.g. alimentos,

¹⁰² Site da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura e do Mar, <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao>, acesso em 26/05/2014.

artesanato), com produção limitada e padrões elevados de qualidade; iii) o aumento de necessidades de serviços nas zonas rurais; iv) a valorização crescente da qualidade de vida nas zonas rurais pode constituir um factor de incentivo a novas localizações empresariais e, conseqüentemente constituir-se como opção de residência para novas populações; v) a emergência de novas actividades no domínio da proteção ambiental, ou da gestão dos recursos naturais, parecem favorecer a diversificação das funções dos agricultores e a possibilidade de criação de novas atividades económicas para novos residentes; vi) a afirmação de uma nova relação cidade-campo e a substituição do mito da cidade pelo mito rural.

Perante estas e outras oportunidades, um novo paradigma de desenvolvimento rural parece estar a emergir, ao qual não serão alheias as mudanças verificadas na forma como as políticas públicas, dirigidas aos territórios rurais, são concebidas e implementadas. Tais mudanças incidem especialmente na procura de uma abordagem sectorial mais transversal e multi-nível, em termos de modelo de governança (OECD, 2006), mas também na preocupação de assegurar resultados em ambos os lados do binómio coesão-competitividade (Natário e Neto, 2009: 127).

Os territórios rurais estão a passar por um período de profundas transformações económicas, demográficas e institucionais. Neste contexto, estes territórios têm o grande desafio de reinventar o seu papel na economia global (OECD, 2007: 2) e o seu contributo para as estratégias económicas regionais e sub-regionais dos territórios em que se inserem.

As abordagens exclusivamente sectoriais (e.g. centradas nas actividades agrícolas) dirigidas ao desenvolvimento de áreas rurais, nem sempre permitiram obter os resultados esperados. Por esse motivo, reconhece-se cada vez mais a necessidade de conceber novas políticas públicas *place-based*¹⁰³, mais eficazes, multidimensionais e multisectoriais, na forma de abordar e de entender o desenvolvimento rural.

O processo de globalização e a sua relação com a sustentabilidade, as mudanças no financiamento público dirigido ao sector agrícola - registadas na Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia – ou o surgimento, em contexto rural, de novos nichos de mercado e de actividades não-agrícolas, clamam pela concepção de novos instrumentos de política pública para estes territórios (OECD, 2005).

Não é de hoje que se sabe que a inversão do ciclo de declínio das zonas rurais exige uma nova formulação de políticas públicas rurais, assente em determinados pressupostos: i) uma abordagem integrada e territorial em termos sectoriais e sociais; ii) a ampliação da tipologia e diversidade de actores que devem participar e serem envolvidos no processo de definição das novas políticas públicas para o desenvolvimento rural; iii) a sofisticação das condições de cooperação público-privado e do modelo de responsabilização no financiamento do desenvolvimento rural (OCDE, 1988).

Neste sentido, a mudança na definição das políticas para os espaços rurais, está a ocorrer tendo em conta os seguintes aspectos, segundo Pezzini (2000: 48): i) de uma abordagem baseada em subsidiar setores em declínio para um modelo de financiamento baseado na aposta em investimentos estratégicos de suporte a novas actividades; ii) uma maior atenção aos bens semi-públicos e ao seu papel no processo de desenvolvimento bem como às condições de contexto e de acolhimento de novas empresas; iii) um foco crescente nas especificidades locais, na aposta em factores identitários distintivos e na valorização de estratégias de diferenciação, como forma de gerar novas vantagens competitivas; iv) a conciliação de uma abordagem de natureza sectorial com uma intervenção de natureza territorial, de forma a garantir uma maior coordenação e integração, multi-escala, das diversas políticas sectoriais a nível regional, inter-regional, local e inter-local; (v) a procura de novas soluções de descentralização política e de reforço do papel dos agentes económicos privados no processo de desenvolvimento dos territórios rurais.

A criação da Iniciativa LEADER na União Europeia veio precisamente ao encontro das exigências desse novo paradigma. Procurou introduzir uma nova abordagem de política pública de suporte ao desenvolvimento rural que reconhecesse a importância, e tirasse partido, do contexto local relacional e de governança e colocar o foco de interesse nos lugares em vez de nos setores e nos investimentos em vez de nos subsídios.

O lema da política pública no contexto deste novo paradigma será “aumentar a diversidade, reduzir a disparidade”. A política pública deverá reconhecer todos os meios de produção, a sua multifuncionalidade e as conseqüentes estratégias de actividades plurais familiares. A pluralidade dos meios de produção é uma condição indispensável para o desenvolvimento rural (Covas, 2004: 88) e as estratégias económicas para o desenvolvimento rural devem assumir uma abordagem multi-sectorial.

3. METODOLOGIA

O presente estudo incide sobre 280 empresas¹⁰⁴ com actividade e/ou sede nas regiões Alentejo e Norte de Portugal, que beneficiaram de financiamento ao abrigo do Programa LEADER +, no período de 2000-2006.

¹⁰³ Ver a propósito Barca, McCann & Rodríguez-Pose (2012).

¹⁰⁴ Pessoas coletivas de direito privado, com fins lucrativos e sem carácter associativo.

No âmbito das 280 empresas selecionadas, foram analisados 344 projetos de investimentos. O facto de o número de projetos de investimento ser superior ao número de empresas, significa que a mesma empresa se candidatou, e foi apoiada, mais de uma vez aos incentivos da 3.ª fase do Programa LEADER.

A apreciação da descrição dos projetos de investimento apoiados permitiu a sua distribuição por dois sectores principais: i) sector secundário e ii) sector terciário. Posteriormente procedeu-se à desagregação dos projectos financiados nestes dois sectores, em função das actividades específicas, nomeadamente: i) sector secundário - indústria agroalimentar e indústria transformadora não alimentar e ii) sector terciário - comércio, canal HORECA e serviços de apoio às empresas.

O acesso às listagens e à descrição dos projetos de investimento executados nas regiões Alentejo e Norte foram facultados pela Autoridade Gestora do PIC LEADER+. Esta informação foi cruzada com informação de domínio público acessível no Portal das Empresas, no Portal da Justiça e em Base de Dados de Empresas, no que respeita à atividade desenvolvida pelas empresas. Para o tratamento e análise da informação recolhida recorreu-se essencialmente à estatística descritiva: médias, frequências absolutas e frequências relativas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Caracterização sectorial da região Alentejo¹⁰⁵ e Norte

Na região Alentejo, que ocupa cerca de 1/3 do território continental, a tradição agrícola nas atividades pecuárias e no cultivo de cereais, olival e vinha foi propícia para o desenvolvimento da indústria transformadora agroalimentar (Barrocas, 2008: 28-29).

A análise do perfil sectorial do Alentejo mostra uma predominância do sector dos serviços (67%), seguido do sector primário (21%) e do sector secundário (12%), em 2012. Os dados sobre o pessoal ao serviços nesses mesmos sectores são de 55%, 24% e 17%, respectivamente.

No âmbito do sector secundário, as actividades de maior peso (39%) verificam-se na indústria transformadora agroalimentar. Ainda que com algumas oscilações, no período de 2000-2012, assistiu-se a um acréscimo de 22,6% do número de empresas a operarem na indústria da alimentação e bebidas (quadro 1) e um acréscimo de 13,7 % do pessoal ao serviço nas mesmas (quadro 2). O sector do alojamento, restauração e similares, igualmente designado de canal HORECA¹⁰⁶, também evidenciou um acréscimo significativo do número de empresas e do pessoal ao serviço de 60% e 28,3%, respetivamente no período em análise (quadros 1 e 2).

Quadro 1 - Perfil sectorial: número de empresas na região Alentejo em 2000-2012

	2000		2004		2008		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total empresas	29 777		55 024		60 462		52 701	
1. Sector Primário	6 509	22%	10 549	19%	11 704	19%	11 089	21%
2. Sector Secundário	5 904	20%	9 014	16%	8 530	14%	6 451	12%
2.1. Indústria transformadora	2 816	48%	3 503	39%	3 346	39%	2 754	43%
2.1.1. Indústria da alimentação e bebidas	877	31%	1 159	33%	1 222	37%	1 075	39%
2.1.2. Indústria de têxtil, vestuário e couro	214	8%	220	6%	182	5%	127	5%
2.1.3. Indústria da madeira, cortiça e produtos derivados	615	22%	573	16%	490	15%	365	13%
(...)								
3. Sector Terciário	17 364	58%	35 461	64%	40 228	67%	35 161	67%
3.1 Comércio e reparação de veículos	10 168	59%	13 861	39%	13 431	33%	11 194	32%
3.2. Alojamento, restauração e similares	3 338	19%	5 790	16%	5 900	15%	5 345	15%
(...)								

Fonte: Elaborado pelos autores com base em INE (2003a) para os dados de 2000 e informação disponível no site www.ine.pt – Dados Estatísticos – para os restantes anos.

Quadro 2 - Perfil sectorial: pessoal ao serviço nas empresas da região Alentejo em 2000-2012

	2000		2004		2008		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total pessoal ao serviço	95 081		127 883		141 964		125 384	
1. Sector Primário	18 186	19%	20 101	16%	24 345	17%	21 673	17%
2. Sector Secundário	32 213	34%	39 495	31%	39 505	28%	30 500	24%
2.1. Indústria transformadora	19 166	59%	21 009	53%	20 143	51%	16 930	56%
2.1.1. Indústria da alimentação e bebidas	5 601	29%	6 434	31%	7 147	35%	6 370	38%

¹⁰⁵ Neste trabalho o critério de delimitação geográfica da região Alentejo não inclui a sub-região Lezíria do Tejo, mas apenas as sub-regiões estatísticas NUTS III Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo

¹⁰⁶ Canal HORECA = Hotéis, Restaurantes e Cafés.

2.1.2. Indústria de têxtil, vestuário e couro	1 644	9%	1 168	6%	368	2%	540	3%
2.1.3. Indústria da madeira, cortiça e produtos derivados	1 434	7%	3 281	16%	2 208	11%	1 340	8%
(...)								
3. Sector Terciário	44 682	47%	67 496	53%	77 583	55%	68 975	55%
3.1 Comércio e reparação de veículos	26 564	59%	30 132	45%	29 818	38%	26 757	39%
3.2. Alojamento, restauração e similares	8 690	19%	11 090	16%	11 843	15%	11 150	16%
(...)								

Fonte: Elaborado pelos autores com base em INE (2003a) para os dados de 2000 e informação disponível no site www.ine.pt – Dados Estatísticos – para os restantes anos.

A análise do perfil sectorial do Norte mostra uma predominância ainda maior do sector dos serviços (78%), seguido do sector secundário (18%) e do sector primário (4%), em 2012. Os dados sobre o pessoal ao serviços nesses mesmos sectores são de 57%, 41% e 2%, respectivamente.

Neste caso, as actividades desenvolvidas nos sectores têxteis, madeira, cortiça e derivados representam 65% a 55% das empresas. Durante os anos de 2000-2012 assistiu-se a um acréscimo do número de empresas e de trabalhadores afetos ao sector agroalimentar e ao canal HORECA, evidenciando o primeiro um aumento do número de empresas na ordem dos 26,6% e o segundo de 34,5%, respectivamente (quadros 3 e 4).

Quadro 3 – Perfil sectorial: número de empresas na região Norte em 2000-2012

	2000		2004		2008		2012	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Total empresas	200 699		344 379		388 265		347 939	
1. Sector Primário	7 118	4%	11 263	3%	11 820	3%	12 635	4%
2. Sector Secundário	61 182	30%	81 699	24%	77 524	20%	63 848	18%
2.1. Indústria transformadora	36 636	60%	41 935	51%	39 102	50%	33 211	52%
2.1.1. Indústria da alimentação e bebidas	2 669	7%	3 320	8%	3 598	9%	3 379	10%
2.1.2. Indústria de têxtil, vestuário e couro	13 809	38%	16 182	39%	14 493	37%	11 871	36%
2.1.3. Indústria da madeira, cortiça e produtos derivados	9 784	27%	8 821	21%	7 889	20%	6 335	19%
(...)								
3. Sector Terciário	132 399	66%	251 417	73%	298 921	77%	271 456	78%
3.1 Comércio e reparação de veículos	82 084	62%	96 605	38%	97 429	33%	85 005	31%
3.2. Alojamento, restauração e similares	19 629	15%	26 806	11%	28 344	9%	26 406	10%
(...)								

Fonte: Elaborado pelos autores com base em INE (2003a) para os dados de 2000 e informação disponível no site www.ine.pt – Dados Estatísticos – para os restantes anos.

Quadro 4 – Perfil sectorial: pessoal ao serviço nas empresas da região Norte em 2000-2012

	2000		2004		2008		2012	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Total pessoal ao serviço	1 064 897		1 221 563		1 318 575		1 161 905	
1. Sector Primário	20 814	2%	20 361	2%	22 252	2%	22 574	2%
2. Sector Secundário	621 882	58%	610 233	50%	601 037	46%	479 552	41%
2.1. Indústria transformadora	480 780	77%	434 102	71%	400 622	67%	336 287	70%
2.1.1. Indústria da alimentação e bebidas	32 603	7%	34 036	8%	35 549	9%	32 557	10%
2.1.2. Indústria de têxtil, vestuário e couro	244 763	51%	211 714	49%	179 154	45%	145 184	43%
2.1.3. Indústria da madeira, cortiça e produtos derivados	74 179	15%	55 665	13%	51 022	13%	40 088	12%
(...)								
3. Sector Terciário	422 201	40%	590 969	48%	695 286	53%	659 779	57%
3.1 Comércio e reparação de veículos	249 585	59%	262 840	44%	275 186	40%	251 060	38%
3.2. Alojamento, restauração e similares	50 094	12%	62 856	11%	71 347	10%	68 235	10%
(...)								

Fonte: Elaborado pelos autores com base em INE (2003a) para os dados de 2000 e informação disponível no site www.ine.pt – Dados Estatísticos – para os restantes anos.

4.2. Análise dos resultados

As 280 empresas em estudo distribuem-se de forma desigual pelo Alentejo (55%) e pelo Norte (45%), sendo igualmente distinta a repartição dos projetos pelas duas regiões. Assim, a região Alentejo apresentou 57% dos projetos, o que equivale a uma média de 1,3 projetos por empresa, enquanto a região Norte apresentou 43% dos projetos, o que equivale a 1,2 projetos por empresa. No período 2002-2008¹⁰⁷ o investimento total nos projetos financiados foi de 20 660 316.26 Euros, do qual 53% incidu sobre a região Alentejo e 47% incidu sobre a região Norte.

A comparticipação privada total (10 114 139.88 Euros) atingiu em média 49% do montante total elegível, verificando-se que na região Alentejo este esforço financeiro foi superior a 3%, face à região Norte. Contudo, para que o nível de comparticipação do FEOGA¹⁰⁸ seja idêntico em ambas regiões (37%) o contributo nacional do estado português, por via do MADRP¹⁰⁹, teve de ser superior em 2 pontos percentuais na região Norte, para compensar essa diferença.

Em média, tanto o valor investido por empresa como o montante executado por projeto, foi superior na região Alentejo em cerca de 9% e 19% respetivamente, face aos valores da região Norte (quadro 5).

Quadro 5 - Informações gerais sobre as empresas apoiadas no âmbito do Programa LEADER+¹¹⁰

	Alentejo		Norte		Total
N.º Projetos financiados	197	(57.3%)	147	(42.7%)	344
Investimento total realizado	10 932 040.37 €	(52.9%)	9 728 275.89 €	(47.1%)	20 660 316.26 €
Comparticipação FEOGA	4 035 967.95 €	(52.8%)	3 612 688.94 €	(47.2%)	7 648 656.89 €
Comparticipação MADRP	1 474 334.63 €	(50.9%)	1 423 184.86 €	(49.1%)	2 897 519.49 €
Comparticipação Privada	5 421 737.79 €	(53.6%)	4 692 402.09 €	(46.4%)	10 114 139.88 €
Investimento/projeto	55 492.59 €	-	66 178.75 €	-	60 059.06 €
N.º Empresas	154	(55.0%)	126	(45.0%)	280
N.º projetos/empresa	1.3	-	1.2	-	1.2
Investimento/empresa	70 987.28 €	-	77 208.54 €	-	73 786.84 €

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), <http://www.portaldaempresa.pt>, <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

Uma análise global permite observar que na região Alentejo, 73% das empresas apoiadas, 75% dos projetos financiados e 65% do investimento realizado se concentrou no sector dos serviços. Situação semelhante foi observada na região Norte, onde os mesmos indicadores apresentam, pela mesma ordem, os seguintes valores: 74%, 75% e 68%. Há pois uma clara aposta, em ambas as regiões, no sector terciário relativamente ao sector industrial (quadro 6).

Quadro 6 – Empresas, Projectos e Investimento total repartidos por sectores de atividades principais: Indústria e Serviços

	Alentejo		Norte		Total	
N.º Empresas						
Indústria	42	27%	32	25%	74	26%
Serviços	112	73%	94	75%	206	74%
Total	154	100%	126	100%	280	100%
N.º Projetos						
Indústria	49	25%	38	26%	87	25%
Serviços	148	75%	109	74%	257	75%
Total	197	100%	147	100%	344	100%
Total Investimento						
Indústria	3 848 620€	35%	2 704 817€	28%	6 553 437€	32%
Serviços	7 083 420€	65%	7 023 459€	72%	14 106 879€	68%
Total	10 932 040€	100%	9 728 276€	100%	20 660 316€	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), <http://www.portaldaempresa.pt>, <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

¹⁰⁷ Ainda que a 3.ª fase do Programa LEADER tenha decorrido entre os anos de 2000 e 2006, as primeiras aprovações de candidaturas verificaram-se apenas no início de 2002. O período de aprovação dos pedidos de apoios submetidos até 31 de Dezembro de 2006 prolongou-se até 2007 e o encerramento das últimas candidaturas aprovadas nesses anos (2006 e 2007) podia prolongar-se até 2008.

¹⁰⁸ Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

¹⁰⁹ Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

¹¹⁰ Valores expressos em preços constantes (base 2006).

As principais diferenças entre as regiões Alentejo e Norte percebem-se quando se observa a especialização dentro dos sectores de atividades industria e serviços. A Região Alentejo apresenta uma maior orientação estratégica dentro do sector industrial para a agro-indústria (92%). Já a região Norte, apesar de também ter privilegiado os investimentos vocacionados para as atividades agro-alimentares (77%), a indústria transformadora não alimentar ainda conseguiu mobilizar 23% do investimento realizado (quadro 7).

Quadro 7 – Investimento total no sector industrial, por actividades

	Alentejo	Norte	Total
Agro-Industria	3 524 244€ (92%)	2 078 991€ (77%)	5 603 235€ (86%)
Industria transformadora	324 377€ (8%)	625 826€ (23%)	950 202€ (14%)
Total	3 848 620€	2 704 817€	6 553 437€

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), <http://www.portaldaempresa.pt>, <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

No que concerne ao sector dos serviços, a maior fatia de investimento, na região Alentejo, concentrou-se no canal HORECA (61%) e os restantes 39% do investimento realizado distribuiu-se equitativamente por serviços de apoio às empresas (20%) (e.g. serviços de contabilidade, consultoria ou medicina veterinária) e por comércio (19%). Por sua vez a região Norte registou a maior concentração dos investimentos na área da hotelaria e restauração (86%) sendo o investimento no comércio (9%) e nos serviços de apoio às empresas (5%) pouco significativos (quadro 8).

Quadro 8 - Investimento total no sector Serviços, por actividades

	Alentejo	Norte	Total
Comércio	1 348 188€ (19%)	618 267€ (9%)	1 966 455€ (14%)
Canal HORECA	4 299 367€ (61%)	6 045 085€ (86%)	10 344 453€ (73%)
Serviços	1 435 865€ (20%)	360 107€ (5%)	1 795 971€ (13%)
Total	7 083 420€	7 023 459€	14 106 879€

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), <http://www.portaldaempresa.pt>, <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

5. CONCLUSÃO

Cumprido o objectivo de comparar as regiões Alentejo e Norte, no que concerne à diversificação económica, no período 2000-2006, entre as empresas que beneficiaram de apoio financeiro do Programa LEADER+ verifica-se que o Alentejo apresenta uma maior proporção de empresas (55%), de projectos financiados (57%) e de investimento, comparativamente à região Norte.

As duas regiões em apreço são distintas do ponto de vista da prevalência de determinados tipos de actividade económica. O Alentejo é tradicionalmente uma região agrícola, onde a industria transformadora agroalimentar tem o maior peso, bem como emprega mais pessoal. Já na região Norte prevalece historicamente mais forte a industria transformadora não alimentar

Uma análise global permite observar que na região Alentejo, 73% das empresas apoiadas, 75% dos projetos financiados e 65% do investimento realizado se concentrou no sector dos serviços. Situação semelhante foi observada na região Norte, onde os mesmos indicadores apresentam, pela mesma ordem, os seguintes valores: 74%, 75% e 68%. Há pois uma clara aposta, em ambas as regiões, no sector terciário relativamente ao sector industrial.

As principais diferenças entre as regiões Alentejo e Norte percebem-se melhor quando se observa a especialização dentro dos sectores de atividades industria e serviços. A Região Alentejo apresenta uma maior orientação estratégica dentro do sector industrial para a agro-indústria (92%). Já a região Norte, apesar de também ter privilegiado os investimentos em atividades agro-alimentares (77%), a indústria transformadora não alimentar ainda conseguiu mobilizar 23% do investimento realizado.

No que concerne ao sector dos serviços, a maior fatia de investimento, na região Alentejo, concentrou-se no canal HORECA (61%) e os restantes 39% do investimento realizado distribuiu-se equitativamente por serviços de apoio às empresas (20%) (e.g. serviços de contabilidade, consultoria ou medicina veterinária) e por comércio (19%). Por sua vez a região Norte registou a maior concentração dos investimentos na área da hotelaria e restauração (86%) sendo o investimento no comércio (9%) e nos serviços de apoio às empresas (5%) pouco significativos.

Considerando que, quer no caso do Alentejo, quer do Norte, o investimento se concentrou de modo muito expressivo no sector dos serviços, interrogamo-nos sobre a eficácia do Programa LEADER+, no que respeita ao cumprimento dos objectivos de diversificação económica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008), "Listagem dos projectos aprovados", Lisboa.
- Barca, F; McCann, P. & Rodriguez-Pose, A. (2012) "The Case for Regional Development Intervention: Place-Based versus Place-Neutral Approaches", *Journal of Regional Science*, vol. 52, No 1, pp. 134-152.
- Barrocas, C. A. S. C. (2008). *15 Anos do Programa LEADER no Alentejo: Avaliação de Impactos; Ideia Alentejo – Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo*, Beja.
- Base de dados de empresas: <http://www.linkb2b.pt>
- Covas, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*. Edições Colibri. Lisboa.
- European Observatory Leader (1997). *Innovation and Rural Development*, Observatory Dossiers nº 2, EOL, AEIDL, Brussels.
- European Observatory Leader (1997). *Innovation and Rural Development*, Observatory Dossiers nº 2, EOL, AEIDL, Brussels.
- INE (2003a), "Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2002", Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Alentejo, Évora, Portugal.
- INE (2003b), "Anuário Estatístico da Região Norte – 2002", Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte, Porto, Portugal.
- INE (2013), "Anuário Estatístico de Portugal 2012", Instituto Nacional de Estatística, Portugal.
- Natário, M. M. & Neto, P. (2009) The New Rural Paradigm and the Public Policies in France: Rural Excellence Pôles. *Agricultural Economics and Rural Development*. Year VI, no 1: 125-144.
- Neto, P. & Natário, M. M. (2009) O Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural: Os Pólos de Excelência Rural. *CEFAGE-UE Working Paper Series*, n.º 03/2009, CEFAGE-UE, University of Évora, Évora.
- Neto, P. & Serrano, M. M. (2011). "Reinforcing Innovation Effectiveness – A New Methodological Approach for Policy Evaluation", Paper presented at *51st European Congress of the Regional Science Association International (ERSA)*. Barcelona, 30th August - 3rd September (USB Stick Support).
- Neto, P.; Santos, A. & Serrano, M. M. (2012). Public Policies Supporting Local Based Networks for Entrepreneurship and Innovation - Contributions to the Effectiveness and Added Value Assessment. In Iréne Bernhard (Ed.), *Entrepreneurship and Innovation Networks, Research Reports 2012: 02* (pp. 627-648). Trollhättan: University West.
- Neto, P.; Santos, A. & Serrano, M. M. (2014). "Public policies supporting local networks for entrepreneurship and innovation. Effectiveness and added value analysis of LEADER program in the Alentejo region of Portugal". *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*. Vol. 21, nº 3, pp. 406-435.
- OECD (1988) *Formulation de la Politique Rurale – Nouvelles Tendances*, OECD Service des Publications, Paris.
- OECD (2005). *Place-Based Policies for Rural Development*. Public Governance and Territorial Development Directorate, Territorial Development Policy Committee, OECD Publishing, Paris.
- OECD (2006) *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.
- OECD (2007). *Innovative Rural Regions. The Role of Human Capital and Technology*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.
- Pezzini, M. (2000). Rural Policy Lessons from OECD Countries. *Economic Review*. Federal Reserve Bank of Kansas City. Third Quarter: 47-57.
- Portal da empresa: <http://www.portaldaempresa.pt>
- Portal da justiça: <http://publicacoes.mj.pt>
- Portal do INE: <http://www.ine.pt>
- Ritzer, G. (2013). *Introduction to Sociology*. Los Angeles: Sage
- Santos, A. (2012). "Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006". Dissertação de Mestrado em Economia, Évora: Universidade de Évora.
- Site da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura e do Mar, <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao>, acesso em 26/05/2014.
- Site do Quadro Comunitário de Apoio III, Portugal 2000-2006, <http://www.qca.pt/iniciativas/leader.asp>, acesso em 26/05/2014.

[1224] LA COHESIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL EN LA UNIÓN EUROPEA: SU EVOLUCIÓN

Lyda Sánchez de Gómez

Facultad de Estudios Empresariales y Turismo – Cáceres, Departamento de Economía, Área de Fundamentos del Análisis Económico, Universidad de Extremadura, España - Email: lydasan@unex.es

RESUMEN. El objetivo de este artículo es hacer un amplio análisis de la evolución de la Política de Cohesión de la Unión Europea (anterior Política Regional) destacando el enorme esfuerzo realizado por la Unión Europea y la Comisión para convertirla en uno de sus objetivos prioritarios con el fin de reducir los desequilibrios regionales. Para ello, se examina detalladamente la evolución de la Política Regional sus desde orígenes en el Tratado de Roma, en las propuestas incluidas en el Acta Única Europea, el avance que supuso en su consolidación el Tratado de Maastricht y en la Estrategia de Lisboa y la repercusión de las diferentes ampliaciones a que fue sometida. Se han valorado, asimismo, los continuos cambios en el marco legal que dieron lugar a la importante Reforma de los Fondos Estructurales y que permitieron su nacimiento a finales de la década de los años ochenta. Se evalúa la evolución de la dotación financiera asignada, para fines estructurales, en el Presupuesto Comunitario y cumplir así con sus objetivos: aumentar la convergencia entre las regiones, dotar de mejor formación al capital humano e incrementar el capital físico. Por último, se reflexiona sobre las perspectivas financieras para el próximo periodo, 2014-2020.

Palabras clave: Unión Europea, política regional, cohesión económica y social, desequilibrios regionales y convergencia.

Clasificación: R10, R11.